

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO — ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Projeto de Lei Ordinária nº 04/2026 e 05/2026 – Reajuste e Revisão Geral Anual de Vencimentos dos Servidores do Poder Legislativo Municipal e Vale Alimentação

Fundamento: Art. 16, §1º, II e Art. 17, §1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

PRESSUPOSTOS E BASE DE CÁLCULO

Data de vigência estimada do PLO:	1º de abril de 2026
Período de vigência em 2026:	9 (nove) meses – abril a dezembro de 2026
Reajuste aplicado aos servidores ATIVOS:	7,00% (sobre vencimento-base, gratificações e adicionais)
Reajuste aplicado aos servidores INATIVOS:	4,26% (conforme previsão do PLO; Aposentado 2 permanece no teto constitucional)
Reajuste aplicado ao Vale-Alimentação:	7,00%
Contribuição Previdenciária Patronal (RPPS):	20% sobre vencimento-base, gratificações e adicionais (excl. vale-alimentação)
Exercícios abrangidos pelo estudo:	2026 (vigência parcial), 2027 e 2028 (vigência plena)

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Nos termos do art. 17, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	2026 (Vigência a partir de 01/04/2026 – 9 meses)	2027 (1º Subsequente – 12 meses) [+10% projeção a.a.]	2028 (2º Subsequente – 12 meses) [+10% projeção a.a.]
A. DESPESA ATUAL (QUADRO VIGENTE)			
Remuneração e Encargos Sociais — 12 competências mensais	2.014.523,35	2.014.523,35	2.014.523,35
13º Salário — Encargos Sociais Patronais inclusos	167.876,95	167.876,95	167.876,95
Terço Constitucional de Férias	14.765,88	14.765,88	14.765,88
TOTAL A — DESPESA ATUAL ANUAL	2.197.166,17	2.197.166,17	2.197.166,17
B. DESPESA PROPOSTA (APÓS O REAJUSTE)			
Remuneração e Encargos Sociais (jan/mar ao custo atual + abr/dez ao custo proposto)	2.067.790,15	2.294.100,32	2.523.510,35
13º Salário — proporcional em 2026 projetado +10%/+21% em 2027/2028	172.315,85	191.175,03	210.292,53

Antonio Carlos Novais da Silva
Contabilista

Terço Constitucional de Férias — proporcional em 2026 projetado +10%/+21% em 2027/2028	15.569,45	17.421,03	19.163,14
TOTAL B — DESPESA PROPOSTA ANUAL	2.255.675,44	2.502.696,38	2.752.966,02
C. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (B – A)	58.509,26	305.530,20	555.799,84

DETALHAMENTO DO IMPACTO POR COMPONENTE

COMPONENTE DO IMPACTO	2026 (9 meses)	2027 (12 meses) [+10% proj. a.a.]	2028 (12 meses) [+10% proj. a.a.]
Remuneração, Gratificações, AQ e Encargos Patronais (9/12 meses em 2026)	53.266,79	279.576,97	508.987,00
13º Salário e Encargos (proporcional em 2026 projetado +10%/+21% em 2027/2028)	4.438,90	23.298,08	42.415,58
Terço Constitucional de Férias (proporcional em 2026 projetado +10%/+21% em 2027/2028)	803,57	2.655,16	4.397,26
Vale-Alimentação (incluso na remuneração acima)			
TOTAL DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO	58.509,26	305.530,20	555.799,84

COMPATIBILIDADE COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	OBSERVAÇÃO
Dotação Vencimentos e Vantagens fixas (pessoal) + aposentadorias, reserva remunerada	2.690.000,00	<i>Dotações gastos com pessoal</i>
(-) Despesa anual com pessoal após o reajuste (custo pleno — projeção 2027/2028)	2.292.068,95	<i>Inclui remuneração, INSS, 13º, férias</i>
Comprometimento da dotação legislativa com despesas de pessoal (após reajuste)	85,21%	

Antonio Carlos Novais da Silva
Contabilista

VERIFICAÇÃO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Arts. 29-A, caput e §1º, da CF/1988 — Arts. 19 e 20, III, "a", da LC nº 101/2000 (LRF) — Projeção de crescimento de 10% a.a. para 2027 e 2028

PARÂMETROS FISCAIS DE BASE — Altere os valores abaixo para recalculer todos os limites automaticamente

A — Receitas Tributárias Próprias — Demonstrativo Receita 2025	22.964.076,46	<i>IPU, ISS, ITBI, taxas e contribuições de melhoria (Fonte: LOA 2026 — Lei nº 3.199/2025)</i>
B — Transferências Constitucionais arts. 158/159 CF — Demonstrativo Receita 2025	121.389.745,93	<i>FPM, cota-parte ICMS, cota-parte IPVA, IPI-exportação, FUNDEB e demais transferências constitucionais</i>
A+B — Base de cálculo Art. 29-A, caput, CF/88 (= linha A + linha B)	144.353.822,39	<i>Limite global: 7% desta soma é o teto máximo de despesa total do Poder Legislativo (art. 29-A, caput, CF/88)</i>
C — Dotação LOA 2026 — Câmara Municipal, Subfunção 031 (art. 3º, LOA)	4.789.000,00	<i>Base para o limite de 70% de despesa com pessoal sobre a receita do Poder Legislativo (art. 29-A, §1º, CF/88)</i>
D — Receita Corrente Líquida estimada — RCL (art. 2º, §1º, LRF)	128.409.574,23	<i>Limite Legislativo: 6% RCL (arts. 19 e 20, III, 'a', LRF)</i>

FUNDAMENTO LEGAL	BASE DE CÁLCULO (R\$)	LIMITE APLICÁVEL (R\$)	2026 Despesa Projetada (R\$) [vigência parcial]	2027 Despesa Projetada (R\$) [+10% a.a.]	2028 Despesa Projetada (R\$) [+10% a.a.]
Art. 29-A, caput, CF/88 — Limite global de gastos do Legislativo (máx. 7% da soma: Receitas Tributárias + Transferências arts. 158/159 CF)	144.353.822,39	10.104.767,57	2.255.675,44	2.502.696,38	2.752.966,02
<i>↳ Taxa de comprometimento da base (limite: 7,00%):</i>			1,56%	1,73%	1,91%
Art. 29-A, §1º, CF/88 — Limite de gasto com folha do Poder Legislativo (máx. 70% da receita do Legislativo — dotação orçamentária anual)	4.789.000,00	3.352.300,00	2.255.675,44	2.502.696,38	2.752.966,02
<i>↳ Taxa de comprometimento da base (limite: 70,00%):</i>			47,10%	52,26%	57,49%
Arts. 19 e 20, III, "a", LC nº 101/2000 (LRF) — Limite de despesa com pessoal (máx. 6% da Receita Corrente Líquida — RCL, art. 2º, §1º, LRF)	128.409.574,23	7.704.574,45	2.255.675,44	2.502.696,38	2.752.966,02
<i>↳ Taxa de comprometimento da base (limite: 6,00%):</i>			1,76%	1,95%	2,14%

Antônio Carlos Novaes da Silva

Contabilista

Antonio Carlos Novaes da Silva
Contabilista